

PREÇOS REFERENCIAIS: ECONOMIA, RAPIDEZ E QUALIDADE NAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Maria Leila Casagrande
Angeliki Natsoulis Cestari
Ana Paula P. Delfino Motta

PREÇOS REFERENCIAIS: ECONOMIA, RAPIDEZ E QUALIDADE NAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Maria Leila Casagrande
Angeliki Natsoulis Cestari
Ana Paula P. Delfino Motta

RESUMO

Os Preços Referenciais, apurados por minuciosa pesquisa realizada pela FGV e publicados no DIO e no site da SEGER, são utilizados como preço máximo a ser pago pela Administração Pública em suas compras/contratações, sem necessidade de “coleta de orçamentos”. Com esta prática, as compras são feitas com preço de mercado ou menor. O projeto, implantado em março de 2008 com pesquisa de cerca de 800 itens, proporcionou, em um ano, economia de aproximadamente R\$886 mil reais – com compras de materiais a preços menores, renegociação dos contratos e novas contratações, além de reduzir o tempo dos processos de compra.

Palavras-chave: Preço de mercado. Compras e contratações públicas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
1 OBJETIVO E BENEFÍCIOS.....	4
2 FATORES QUE IMPULSIONARAM A REALIZAÇÃO DO PROJETO.....	6
3 RELEVÂNCIA SOCIAL.....	7
4 METODOLOGIA ADOTADA.....	8
5 INVESTIMENTO E DIFICULDADES ENFRENTADAS.....	10
6 RESULTADOS ALCANÇADOS.....	11
7 POSSIBILIDADE DE MULTIPLICAÇÃO.....	14
8 APRENDIZAGEM.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16

APRESENTAÇÃO

O Governo do Estado do Espírito Santo desenvolve, por meio da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER), o projeto de Compras Governamentais, lançado em novembro de 2006. Tal projeto visa ao atendimento das necessidades do Governo no que diz respeito às suas aquisições e contratações, porém possui, como plano de fundo de todas as suas ações, objetivos que influenciam o cenário sócio-econômico do Estado, que são a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento regional.

Assim, dentre as ações do projeto de Compras Governamentais, algumas têm impacto perceptível no mercado, mais especificamente no segmento de micro e pequenas empresas, como a assinatura do decreto de regulamentação da Lei Complementar 123 de 14 de novembro de 2006, e outras têm foco nos processos de aquisições e contratações no âmbito interno da Administração, como o Teste e Homologação de Protótipos e o Catálogo de Materiais e Serviços.

O projeto de Preço Referência – aqui apresentado – insere-se no segundo grupo, uma vez que seu resultado tem impacto diretamente no processo de compra e contratação da administração pública, principalmente no trabalho das equipes das comissões de licitação que se dedicam à realização de orçamentos.

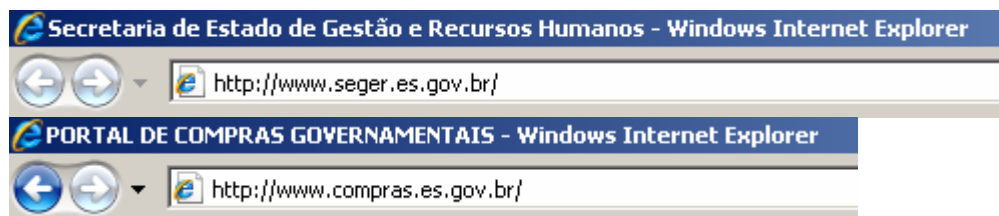
1 OBJETIVO E BENEFÍCIOS

Com objetivo de garantir economia, rapidez e qualidade nas compras governamentais, a Secretaria de Gestão e Recursos Humanos disponibiliza a todo o Poder Executivo do Estado, demais Poderes e Prefeituras interessadas, tabelas de preços praticados pelo mercado e apuração de custos de serviços terceirizados, denominado Sistema de Preços Referenciais. Os preços pesquisados se tornam a referência de preços máximos a serem pagos nas licitações públicas.

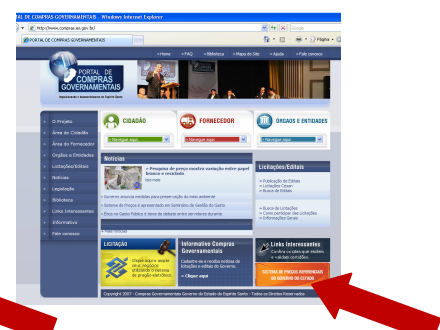
Os benefícios do referido projeto são:

- **Transparência** – pois todas as tabelas de preços pesquisadas são disponibilizadas na internet, nos sites www.seger.es.gov.br e www.compras.es.gov.br, e também publicadas no Diário Oficial do Estado. Desta maneira, todo cidadão interessado pode saber o valor máximo pago pela Administração Pública para cada item que compõe a pesquisa. Observe abaixo orientações de acesso:

1 – Acesse um dos sites:



2 – Clique no Botão



- **Agilidade** – em pesquisa, identificou-se que, na duração dos processos licitatórios, cerca de 45% do tempo era gasto com coletas de orçamento, ou seja, pesquisa de preços praticados no mercado. Sendo

assim, o referido projeto traz agilidade para as compras e contratações públicas, uma vez que, para a formação do preço de mercado, é necessário apenas imprimir a pesquisa disponível na internet e anexá-la ao processo.

- **Economia** – disputas nas licitações a partir de preços de mercado e renegociação dos contratos já existentes na data da publicação das primeiras pesquisas. Economia de cerca de R\$886 mil reais, apurada em um ano. (observar item 3)

2 FATORES QUE IMPULSIONARAM A REALIZAÇÃO DO PROJETO

Os fatores que influenciaram o desenvolvimento do projeto foram os seguintes:

- Falta de agilidade e eficiência nos processos de compra/contratação do Estado, principalmente na fase de consulta de preços;
- Grande quantidade de itens a serem pesquisados, principalmente na elaboração de editais de registro de preços e compras conjuntas;
- Dificuldade de consulta de preços por parte das comissões de licitações, com fornecedores e prestadores de serviços recusando-se a fornecer os orçamentos;
- Incompatibilidade de preços orçados para o Estado em comparação com os praticados pelo mercado;
- Diferença de preços de um mesmo produto ou serviço em contratações do Governo;
- Necessidade de consolidar em poucos documentos grupos de itens utilizados por diversos órgãos e entes do Governo;
- Necessidade de padronização das especificações de itens e serviços.

3 RELEVÂNCIA SOCIAL

No Brasil, é comum os cidadãos relacionarem ineficiência e morosidade ao serviço público. Isso se deve a diversos fatores, dentre os quais se podem citar o processo histórico brasileiro e a falta de instrumentos que tragam eficiência à administração pública.

No Governo do Espírito Santo, tais fatores foram confirmados na operacionalização dos processos de licitação, especificamente na fase de consulta de preços, que representa cerca de 45% de todo o tempo dedicado ao processo, segundo pesquisa desenvolvida pela SEGER. A partir da lacuna existente, observou-se a necessidade e a oportunidade de melhoria, que refletiria não só nos setores de compras dos órgãos, mas na administração pública em geral.

Assim, além de otimizar a utilização do tempo de trabalho dos servidores, o projeto trouxe transparência à administração pública estadual, já que qualquer cidadão pode consultar os preços máximos pagos pelo Estado, por meio dos sites www.seger.es.gov.br e www.compras.es.gov.br e do Diário Oficial.

4 METODOLOGIA ADOTADA

Para realização das referidas pesquisas de preço e das apurações dos custos, no dia 28 de janeiro de 2008, foram assinados 2 contratos com a Fundação Getúlio Vargas – FGV que, há mais de 15 anos, presta este serviço a outros Órgãos, como o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, a Prefeitura daquele Município e outros.


Para as Tabelas de Preço de Mercado, os pesquisadores da FGV vão até as empresas e coletam o preço praticado em uma determinada região e, em nenhum momento, as empresas tomam conhecimento da função daquele preço pesquisado, uma vez que a FGV pesquisa preços para diversas atividades, como, por exemplo, formação de índices de mercado, garantindo assim a integridade da pesquisa e evitando o “preço governo”.

Para formar o preço, são coletados, no mercado, no mínimo 6 preços e, por meio de uma fórmula estatística, é determinado o melhor preço, que não é o maior nem o menor valor. Os pesquisadores não consideram preços promocionais como valor de mercado.

Para a Tabela de gêneros alimentícios, são coletados os preços no atacado e no varejo e o melhor preço se encontra mais próximo do varejo, até porque se entende que a Administração Pública, em quantidades menores, fará suas compras no varejo e, nas compras com um grande quantitativo, ocorrerá a disputa no processo licitatório, baixando o preço a ser contratado.

A Tabela 1 traz as características das pesquisas realizadas:

Tabela 1: Pesquisa de Preço de Mercado

	Periodicidade	Abrangência	Nº de Itens pesquisados
Materiais Diversos	Trimestral	Região Sudeste	175
Materiais de Informática	Mensal	Região Sudeste	175
Gêneros Alimentícios	Quinzenal (Atacado e Varejo)	Grande Vitória	225
Material de Limpeza	Semestral	Região Sudeste	40

A Apuração dos Custos dos serviços terceirizados tem como objetivo quantificar (em R\$/mês) o preço do serviço, por meio da formação de preço orientada pelos custos do prestador. Na Figura 1, verificam-se quais custos formam o preço referencial.

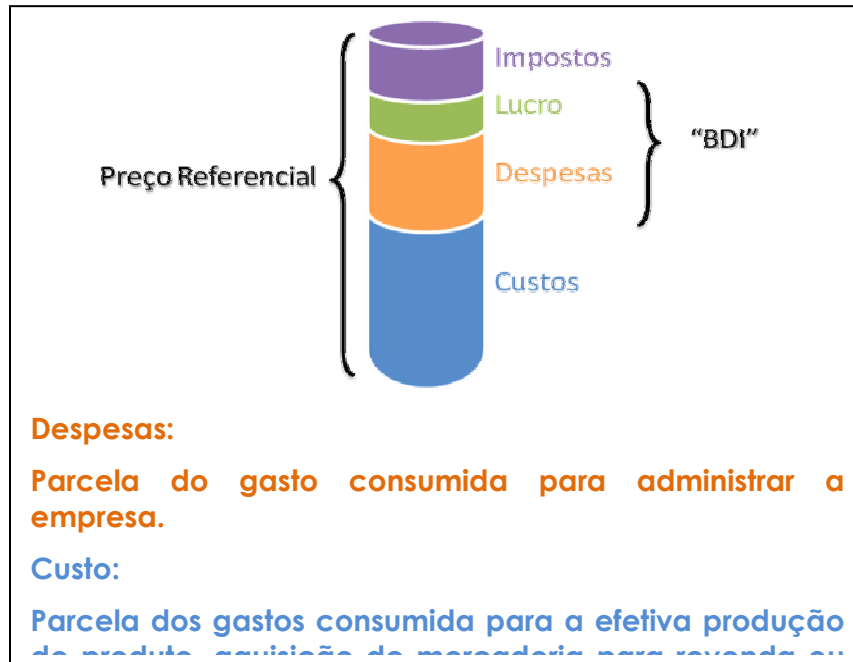




Figura 1 – Composição dos Custos dos Serviços Terceirizados

Abaixo, a Tabela 2, que traz as características das Tabelas de Apuração de Custos:

Tabela 2 – Apuração de Custos

 	Periodicidade	Abrangência	Nº de tabelas pesquisadas
Limpeza e conservação (sem material)	Semestral	Região Sudeste	6
Limpeza e conservação (com material)	Semestral	Região Sudeste	6
Vigilância e segurança	Semestral	Região Sudeste	12

5 INVESTIMENTO E DIFICULDADES ENFRENTADAS

Para o desenvolvimento do projeto de Preço Referência, o Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da SEGER, contratou a consultoria da FGV. Para a pesquisa de preços (gêneros alimentícios, materiais diversos e de informática), o custo mensal é de R\$ 36.688,20 (trinta e seis mil, seiscentos e oitenta e oito reais e vinte centavos). Para as planilhas de apuração de custo/preço de vigilância/segurança e conservação/limpeza, o custo mensal é de R\$ 3.642,80 (três mil, seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos). Nestes valores, não estão inclusas as despesas de passagem e hospedagem da equipe da FGV, que são de responsabilidade da SEGER.

A SEGER encontrou algumas dificuldades no desenvolvimento do projeto de Preço Referência. A primeira delas foi em relação à definição de quais tipos de materiais e serviços seriam contemplados na pesquisa, uma vez que as demandas dos órgãos do Governo são diversas e compostas de muitos itens. Assim, optou-se por priorizar os itens que a maioria dos órgãos utiliza, itens que são comprados com grande frequência, itens/serviços que hoje representam percentual expressivo de gastos do Estado ou que apresentam problemas e dificuldades na compra/contratação.

Neste último grupo, inserem-se principalmente a necessidade da Secretaria de Educação, que demanda orçamentos de gêneros alimentícios com grande frequência, e de todos os órgãos no que diz respeito aos serviços de vigilância/segurança e conservação/limpeza.

Outra dificuldade encontrada se volta à metodologia de composição de preços das planilhas de custos/preços de serviços de vigilância/segurança e conservação/limpeza. São diversas as formas de compor os preços destes serviços e este trabalho está sendo conduzido pela FGV em conjunto com a SEGER, a Secretaria de Educação, a Auditoria Geral do Estado e a Procuradoria Geral do Estado. A definição da metodologia a ser utilizada é parte fundamental deste processo, já que se irá formalizar tal metodologia para as contratações de todos os órgãos do Estado.

6 RESULTADOS ALCANÇADOS

A implantação deste Projeto já mostra uma economia de R\$ 886.482,92 com o processo de negociação de contratos com alguns prestadores de serviços de vigilância/segurança e de limpeza/conservação, com a celebração de novos contratos (Tabela 3) e com compras de materiais (Tabela 4).

Tabela 3 – Economias Geradas nas Contratações de Serviços

Órgão	Serviço	Valor anual do serviço (R\$)		Economia Gerada	
		Antes da publicação dos Preços Referenciais	Após a publicação dos Preços Referenciais	VALOR (R\$)	%
SUPPIN	Vigilância e segurança	118.314,48	92.328,36	25.986,12	22,00%
RTV	Vigilância e segurança	404.760,00	347.152,68	57.607,32	14,20%
PGE	Limpeza e conservação	85.703,67	81.038,40	4.665,27	5,40%
SEFAZ	Vigilância e segurança	2.211.824,88	2.188.850,28	22.974,60	1,00%
SEJUS	Limpeza e conservação	1.126.131,12	918.599,28	207.531,84	18,40%
COHAB	Vigilância e segurança	44.784,00	42.204,00	2.580,00	5,80%
	Limpeza e conservação	29.381,64	25.791,12	3.590,52	12,20%
INCAPER	Vigilância e segurança	257.793,00	205.008,72	52.784,28	20,50%
DIO	Limpeza e conservação	132.000,00	73.176,00	58.824,00	44,60%
SEDES	Limpeza e conservação	69.304,80	56.106,60	13.198,20	19,00%
DETRAN	Vigilância e segurança	2.976.590,04	2.686.191,00	290.399,04	9,8%
DER	Vigilância e segurança	409.308,00	332.246,90	77.061,10	18,80%
SESA/SRSSM	Vigilância e segurança	150.465,60	145.411,92	5.053,68	3,40%
	Limpeza e conservação	84.205,80	81.221,40	2.984,40	3,50%
TOTAL		8.100.567,03	7.275.326,66	825.240,37	10,2%

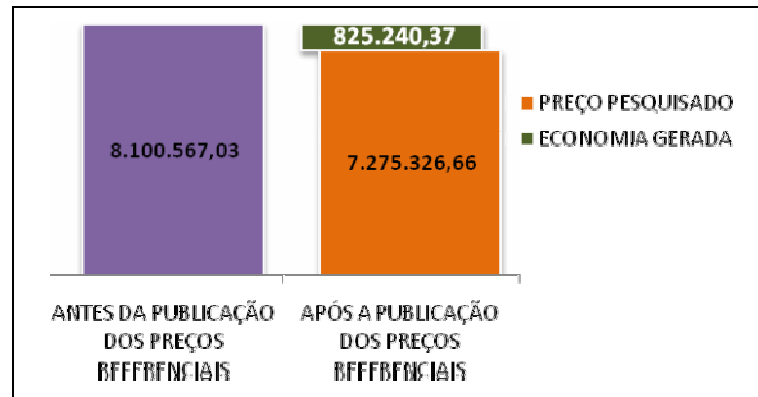


Gráfico 1 – Licitação – Contratação de Serviço

Tabela 4 – Economias Geradas com Compra de Materiais

Órgão	Tipo de material	Valor da compra (R\$)		Economia Gerada	
		Antes da publicação dos preços referenciais	Após a publicação dos preços referenciais	Valor (R\$)	%
SESA/HRAS	Material de expediente	15.357,24	10.000,00	5.357,24	34,9%
SESA/SRSC	Material de expediente	14.020,06	9.756,73	4.263,33	30,4%
	Material de informática	28.637,73	11.115,00	17.522,73	61,2%
	Material de limpeza	4.951,76	3.560,99	1.390,77	28,1%
	Gêneros alimentícios	3.038,40	2.349,30	689,10	22,7%
SESA/SRSSM	Material de informática	3.504,12	3.462,12	42,00	1,2%
SESA/HPF	Gêneros alimentícios	19.985,60	15.406,13	4.579,47	22,9%
SECANT	Material de expediente	5.090,73	5.022,41	68,32	1,3%
	Material de informática	35.027,47	27.750,00	7.277,47	20,8%
IOPES	Material de expediente	21.452,82	11.320,00	10.132,82	47,2%
PRODEST	Material de expediente	65.710,00	56.006,60	9.703,40	14,8%
	Gêneros alimentícios	1.461,30	1.245,40	215,90	14,8%
TOTAL		218.237,23	156.994,68	61.242,55	28,1%

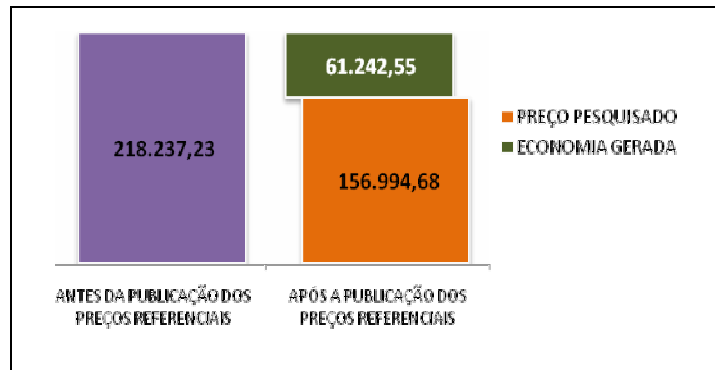


Gráfico 02: Licitação – Compra de Materiais

Visando preparar os gestores e servidores públicos que atuam na atividade de compras governamentais para utilização das informações disponibilizadas nas tabelas de preços referenciais, foi realizado em 13/08/2008 um treinamento, com a participação de 188 servidores, para orientar e informar sobre os critérios de elaboração das planilhas de preços e forma de utilização das informações disponibilizadas.

7 POSSIBILIDADE DE MULTIPLICAÇÃO

A idéia do Preço Referência é tão bem aceita que se discute a possibilidade do projeto abranger outros materiais ou serviços específicos de cada secretaria. Assim, o projeto pode ser facilmente multiplicado, por meio, por exemplo, da Secretaria de Educação, que tem a necessidade de desenvolver um projeto semelhante para obtenção dos custos do serviço de transporte escolar e para compra de materiais específicos. A Secretaria de Saúde vem estudando a possibilidade de contratar pesquisas para medicamentos e para alimentação hospitalar.

Assim, qualquer outro ente público pode implantar projeto semelhante, para tanto, sugerimos alguns procedimentos para o sucesso da implantação de um projeto semelhante:

- Contratação de instituição para realização da pesquisa que tenha credibilidade no mercado;
- Levantamento das demandas dos órgãos, com o objetivo de conciliar as necessidades em comum;
- Apoio de Secretários de Estado e dirigentes;
- Apoio técnico de auditores e procuradores;
- Acompanhamento constante do projeto, no que diz respeito aos itens a serem pesquisados;
- Legitimação das pesquisas produzidas, por meio de assinatura de decreto;
- Constante divulgação do projeto.

A SEGER, por meio da Gerência de Controle Interno e Análise de Custos (GECON), está à disposição para quaisquer esclarecimentos e apoio necessário, por meio do telefone (27)3381-3297; 3381-3228 ou pelo e-mail gecon@seger.es.gov.br.

8 APRENDIZAGEM – FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O projeto de Preço Referência teve alguns fatores de fundamental importância para seu desenvolvimento. O primeiro foi o apoio de vários dirigentes, em especial o Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos, o Sr. Ricardo de Oliveira.

O segundo fator, mas não menos importante, é a existência de um grupo de trabalho, composto por representantes de diversos órgãos (Auditoria Geral do Estado – AGE, Procuradoria Geral do Estado – PGE, Secretaria de Estado da Educação – SEDU e Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER), disposto a definir as diretrizes do trabalho.

Outro fator é a credibilidade da SEGER, que se destaca pelos trabalhos desenvolvidos, seja na Subsecretaria de Administração, na de Recursos Humanos ou na de Inovação na Gestão, e também da FGV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do projeto de Preços Referenciais representou um grande passo na busca por austeridade, transparência e eficiência da Administração Pública. As compras são indispensáveis ao funcionamento das instituições públicas. Comprar bem significa empregar corretamente os recursos oriundos dos contribuintes e devolver à sociedade serviços públicos de qualidade.

AUTORIA

Maria Leila Casagrande – Graduada em Pedagogia e cursando Direito na Faculdade FAESA; Pós-graduada em Controle da Gestão Pública na Universidade Federal do Espírito Santo UFES; Atua desde 2003 como Gerente de Controle Interno e Análise de Custos da Secretaria de Estado Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo – SEGER.

Endereço eletrônico: leila.casagrande@seger.es.gov.br

Angeliki Natsoulis Cestari – Graduada em Administração pelo Centro Universitário de Vila Velha – UVV; Pós-graduada em MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas; atuando, desde 2006, como Assessora Especial, na implantação de Projetos de Gestão na Gerência de Controle Interno e Análise de Custos da Secretaria de Estado Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo – SEGER.

Endereço eletrônico: angeliki@seger.es.gov.br

Ana Paula P. Delfino Motta – Cursando Administração Geral na Faculdade Pio XII; atua como Supervisora, desde 2006, na Gerência de Controle Interno e Análise de Custos da Secretaria de Estado Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo – SEGER.

Endereço eletrônico: ana.paula@seger.es.gov.br

ORGANIZAÇÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL PELO PROJETO

- Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER);
- Subsecretaria de Estado de Administração Geral (SUBAD);
- Gerência de Controle Interno e Análise de Custos (GECON).

ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS

- Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- Auditoria Geral do Estado do Espírito Santo (AGE);
- Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE);
- Secretaria de Estado da Educação (SEDU).